

Acerca da propriedade privada

André Brandão

(andrefbrandao96@gmail.com)

Para tratar sobre a propriedade privada, faz-se necessário, antes de tudo, tecer algumas considerações sobre a nossa dinâmica de produção e apropriação das riquezas. O patrimônio humano é formado por meio da práxis social do trabalho, que transforma efetivamente a natureza e promove a autoprodução da humanidade durante tal processo.

Nas formações econômico-sociais originárias, permeadas pela escassez, o baixo grau de desenvolvimento das forças produtivas inviabilizava materialmente um destacamento social de manter outro contingente subjugado ao seu mando. Até então, existia apenas a figura da propriedade pessoal, a posse simples de artigos para usufruto de um indivíduo. Após importantes rupturas, como a revolução neolítica, algumas sociedades produziram cada vez mais trabalho excedente, o que possibilitou que frações da população pudessem se demitir da dinâmica produtiva, desenvolvendo a partir de tal ócio atividades de cunho intelectual e administrativo. Esta divisão manual e intelectual do trabalho possibilitou a conformação das primeiras formas de propriedade privada. Como Marx e Engels afirmam n'*A ideologia alemã*, “divisão de trabalho e propriedade [privada] são expressões idênticas - numa enuncia-se em relação à atividade o mesmo que na outra se enuncia ao produto da atividade”¹.

A camada minoritária presente nas comunidades originárias que se desligou da tarefa da atividade laboral passa a apossar privadamente a riqueza socialmente engendrada, podendo dispor da força de trabalho alheia. Desta forma, a regência sobre o trabalho não mais pertence a quem o executa, não só o tornando cada vez mais uma atividade espoliante e desrealizadora, como também promovendo uma desvinculação entre o desenvolvimento do patrimônio sócio-cultural humano e os seus criadores, num fenômeno conhecido como alienação. Assim, este construto alienado desdobra-se no tecido social como “força alienígena, que se confronta com os indivíduos como poder hostil e potencialmente destrutivo”².

Tais circunstâncias metamorfoseiam-se na medida em que avança a caducidade e geração de novas formações econômico-sociais. Com a consolidação do modo de produção capitalista, contudo, a autonomização do complexo social que caracteriza o trabalho alienado

¹ MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 47.

² MÉSZÁROS, I. *A teoria da alienação em Marx*. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 14.

adquire novo patamar, uma vez que toda a dinâmica de produção e reprodução da vida do gênero humano está subordinada a uma nova lei econômica: a valorização do valor.

Embora a humanidade tenha conquistado pela primeira vez na história um nível de desenvolvimento das forças produtivas que permitiria um regime social de fruição da abundância e prosperidade material para o conjunto dos indivíduos, nossas forças sociais encontram-se sequestradas para o fim puro da reprodução ampliada do capital, em detrimento da satisfação das necessidades sociais. Em um grau nunca antes experimentado, o processo de produção domina os seres humanos, e não o contrário. Até os capitalistas, detentores dos meios de produção, se conformam enquanto classe desempenhando o papel de “personificações de categorias econômicas [do capital], portadoras de determinadas relações de classe e interesses”³. Sua ingerência sobre o mundo não pode transpor as determinações imanentes do sistema capitalista, sob pena da ruína dos seus empreendimentos.

O descompasso capitalista, que precisa crescer a qualquer custo e a troco de qualquer coisa, não escolhe recursos a serem consumidos. Marx já apontava n’*O Capital* que “a produção capitalista só desenvolve a técnica e a combinação do processo de produção social ao minar simultaneamente as fontes de toda a riqueza: a terra e o trabalhador”⁴. Esta progressiva destruição dos indivíduos sociais e dos recursos naturais que o capital empreende para se autoexpandir gera a possibilidade concreta da extinção da vida humana, seja por uma catástrofe ambiental irreversível ou pelas próprias guerras geradas pelo capital em vias de recuperar as taxas de lucro.

Para combater este desenvolvimento irracional da produção, o marxismo coloca como tarefa fundamental para o gênero humano a suplantação da propriedade privada burguesa. Como é dito no *Manifesto do partido comunista*, isto não significa uma pilhagem brutal da população, uma vez que quem faz isso é a ordem do capital, que priva nove décimos da população de posses mínimas, a fim de garantir os imperativos mercantis. O horizonte marxista prega uma reapropriação dos meios de produção pelos agentes do trabalho, pondo em sintonia os interesses produtivos com os produtores efetivos da vida social. Assim, seria possível desenvolver um novo tipo de planejamento da economia, não mais centralmente determinado por um número ínfimo de executivos, mas sim pelo conjunto da comunidade humana, em prol da satisfação das necessidades sociais. Este é o verdadeiro percurso para a realização concreta do indivíduo humano, de carne e osso, e não de um indivíduo formal e abstrato idealizado pelo liberalismo.

³ MARX Karl. *O Capital: crítica da economia política – volume I*. São Paulo: Nova Cultural, 1988a, p. 19.

⁴ Idem. *O Capital: crítica da economia política – volume II*. São Paulo: Nova Cultural, 1988b, p. 100.

Sugestão de leituras. Para situar o leitor e futuro espectador do debate a ser realizado, indico as seguintes leituras que balizam as minhas posições.

Textos introdutórios. Aqui estão textos para dar os primeiros passos dentro das concepções marxistas, elucidativos dentro das questões mais básicas que envolvem esta linha teórica.

KONDER, L. *O que é dialética*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

LEFEBVRE, H. *Marxismo*. Porto Alegre: L&PM, 2009.

NETTO, J-P. *Introdução ao estudo do método de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETTO, J-P; BRAZ, M. *Economia política: uma introdução crítica*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

VIEIRA PINTO, A. *Por que os ricos não fazem greve?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

Marxismo contemporâneo. Esta lista traz considerações do marxismo acerca de problemas surgidos em meados do século XX e XXI.

BAMBIRRA, V. *O capitalismo dependente latino-americano*. Florianópolis, Insular, 2015.

KONDER, L. *Introdução ao fascismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

LOSURDO, D. *Contra-história do liberalismo*. Aparecida: Ideias & Letras, 2006.

LUKÁCS, G. *O jovem Marx e outros escritos de filosofia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

MARINI, R-M. *Dialética da dependência*. Ruy Mauro Marini – vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MÉSZÁROS, I. *A montanha que devemos conquistar*. São Paulo: Boitempo, 2015.

_____. *A teoria da alienação em Marx*. São Paulo: Boitempo, 2016.

_____. *O desafio e o fardo do tempo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MOURA, C. *Sociologia do Negro Brasileiro*. São Paulo: Ática, 1988.

OKITA, H. *Homossexualidade: da opressão à libertação*. São Paulo: Sundermann, 2015.

SAFFIOTI, H. *O poder do macho*. São Paulo: Moderna, 1987.

Referências clássicas. Logo abaixo podemos encontrar três autores que fundamentam as questões centrais defendidas pelo marxismo.

ENGELS, F. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Obras escolhidas – volume 3. São Paulo: Alfa-Omega, 1961a.

_____. *Anti-Duhring*. São Paulo: Boitempo, 2015.

LENIN, V. *O estado e a revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____. *Que fazer?* São Paulo: Hucitec, 1978.

MARX, K. *Cadernos de Paris; Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

_____. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

_____. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.

_____. *Para a questão judaica*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. *Trabalho assalariado e capital & Salário, preço e lucro*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

MARX, K; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. *Manifesto do partido comunista*. Petrópolis: Vozes, 2014.